UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALYDIANE DA CONCEIÇÃO SANTOS
MARCICLEIDE FERREIRA DOS SANTOS XAVIER

**A IMPORTÂNCIA DO CONTADOR NOS PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO
JUDICIAL**

Maceió
2020

ALYDIANE DA CONCEIÇÃO SANTOS
MARCICLEIDE FERREIRA DOS SANTOS XAVIER

**A IMPORTÂNCIA DO CONTADOR NOS PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO
JUDICIAL**

Trabalho apresentado à banca examinadora da
Universidade Federal de Alagoas como requisito para
obtenção do título de bacharelas em Ciências
Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Paula Lima Marques
Fernandes

Maceió
2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Valter dos Santos Andrade – CRB4-1251

S237i Santos, Alydiane da Conceição.
A importância do contador nos processos de recuperação judicial /
Alydiane da Conceição Santos, Marcicleide Ferreira dos Santos Xavier –
2020.
29 f. : il.

Orientadora: Ana Paula Lima Marques Fernandes.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Ciências
Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade, Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 26-27.
Apêndice: f 28-29.

1. Contadores. 2. Recuperação judicial - Empresas. 3. Concordata.
4. Falência. I. Xavier, Marcicleide Ferreira dos Santos. II. Título.

CDU: 657.05

RESUMO

No ano de 2005 foi instituída no Brasil, a recuperação judicial, através da lei 11.101 (conhecida como nova Lei da Falência), a qual substituiu a antiga concordata e que serve para que as empresas que se encontram com dificuldades consigam se reorganizar e assim evitar a falência. A importância do profissional de Ciências Contábeis nesse processo se dá devido a sua análise, na qual aprova a possibilidade de insolvência, viabilizando de insolvência, como também, irá atuar como perito contábil, além de exercer o papel de administrador judicial. Desta forma, a questão norteadora se dá: O contador é importante no processo de Recuperação Judicial? Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é identificar a atuação do contador e o uso da contabilidade nos processos de recuperação judicial. Como objetivos específicos: Analisar a estrutura dos processos de recuperação judicial; abordar sobre a recuperação judicial; destacar os pedidos de recuperação judicial no período de 2017 a setembro de 2019 e verificar a percepção do procurador geral do estado quanto a utilização da contabilidade nos processos de recuperação judicial. A metodologia utilizada para alcançar os objetivos dessa pesquisa foi quanto à natureza é um trabalho científico original, quanto aos objetivos é descritiva, quanto aos procedimentos é uma pesquisa de campo e quanto aos objetos é uma pesquisa bibliográfica. O questionário foi elaborado tendo por base a lei da Falência. Nesse sentido, a conclusão deste trabalho verificou que a contabilidade é importante pois se faz presente em todas as fases da recuperação judicial, e o contador também é fundamental, em virtude de possuir as informações sobre a saúde financeira da organização, responsabilidade pelo fornecimento dos relatórios contábeis além de auxiliar a empresa na tomada de decisão possibilitando resultados eficientes e eficazes. Merece destaque que pode atuar como perito, administrador judicial, é parte relevante para o andamento do processo

Palavras-chave: recuperação judicial, concordata, falência, empresas.

ABSTRACT

In 2005, a judicial reorganization was instituted in Brazil, through Law 11.101 (known as the new Bankruptcy Law), which replaced the old bankruptcy and that helps companies that are struggling to reorganize and thus avoid the bankruptcy. The importance of accounting professionals in this process is due to their analysis, which approves the possibility of insolvency, enabling insolvency, as well as will act as accounting expert, in addition to exercising the role of judicial administrator. Thus, the guiding question is: Is the accountant important in the Judicial Recovery process? Given the above, the general objective of this research is to identify the performance of accountants and the use of accounting in judicial recovery processes. Specific objectives: To analyze the structure of judicial reorganization processes; address judicial recovery; highlight requests for judicial reorganization in the period from 2017 to September 2019 and verify the perception of the state attorney general regarding the use of accounting in judicial reorganization processes. The methodology used to achieve the objectives of this research was as nature is an original scientific work, as the objectives is descriptive, as the procedures is a field research and as the objects is a bibliographic research. The questionnaire was prepared based on the Bankruptcy Law. In this sense, the conclusion of this work found that accounting is important because it is present in all stages of judicial recovery, and the accountant is also fundamental, because it has information about the financial health of the organization, responsibility for providing reports. accounting as well as assisting the company in decision making enabling efficient and effective results. It is worth mentioning that can act as expert, court administrator, is relevant to the progress of the process

Key word: judicial recovery, concordat, bankruptcy, companies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro comparativo entre concordata e recuperação judicial	08
Quadro 2 – Falências decretadas e recuperações judiciais requeridas	22
Quadro 3 – Pedidos de recuperação judicial.....	23

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
1.1 TEMA E PROBLEMA	08
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	09
1.3 JUSTIFICATIVA	09
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 HISTÓRIA DA FALÊNCIA	11
2.2 COMPARATIVO ENTRE CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	13
2.3 RECUPERAÇÃO JUDICIAL	14
2.4 FASES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	16
2.5 A CONTABILIDADE NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	16
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	18
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	20
4.1 A RECUPERAÇÃO JUDICIAL NOS PERÍODOS DE 2015 A 2019	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
5.1 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	25
REFERÊNCIAS	26
APÊNDICE	28

1. INTRODUÇÃO

A recuperação judicial consiste em reorganizar uma organização economicamente, financeiramente e administrativamente. Essa reorganização é realizada através da justiça, por uma ação de Recuperação Judicial. Essa ação se justifica quando uma empresa não consegue arcar suas dívidas e conseqüentemente cumprir com suas obrigações junto aos credores, e as demais. Nesse sentido, será elaborado um plano de recuperação judicial, onde envolverá os devedores com o intuito de evitar a falência, garantido os interesses de todos os atores envolvidos.

Este trabalho tem por objetivo demonstrar a importância da atuação do contador e a função da contabilidade no processo de recuperação judicial de empresas. Onde este tema está diretamente relacionado ao Direito Comercial, tão constante em estudos acadêmicos da área de Ciências Contábeis.

A recuperação judicial se trata da possibilidade da reestruturação da empresa, auxilia na superação econômica e ajuda a manter os empregos e a cumprir as obrigações com os fornecedores, há grande mérito na legislação falimentar pois, prioriza à manutenção da empresa e de seus recursos produtivos, de fato, permite análise da entidade como um todo e ocasiona maior flexibilidade nos processos de recuperação de acordo com as implantações que objetivam a superação das dificuldades econômicas e financeiras.

Desde meados de 2014 quando se iniciou a crise econômica no Brasil, uma grande quantidade de empresas deu entrada em processos de Recuperação Judicial e de Falência. Dados fornecidos pelo SERASA EXPERIAN apontam que no período de 2014 a 2016 houve um crescimento nos pedidos de recuperação judicial, chegando a 225%, havendo uma pequena diminuição de 23,7% no ano de 2017 e comparado a esse ano houve uma queda de 0,8% em 2018. De acordo com a Lei 11.101/05, inicialmente há uma tentativa de negociação informal entre a empresa e os credores, de acordo com a proposta de recuperação proposta pelo devedor à assembléia de credores, essa ação é definida pela lei como negociação extrajudicial, após essa tratativa há de fato o envolvimento direto do judiciário.

1.1 TEMA E PROBLEMA

As empresas possuem um papel fundamental na sociedade, pois são fontes geradoras de riquezas, sendo assim elas possuem uma função importante de distribuição de renda. Diante disso é importante destacar que muitas empresas têm sucesso na realização de suas atividades econômicas, no entanto de acordo com o IBGE a maioria das empresas fecha as portas após cinco anos devido as dificuldades encontradas.

A recuperação de empresas instituída pela Lei nº 11.101/05 apresenta vários aspectos contábeis sendo, portanto, natural que se tenha a atuação de contadores durante as fases do processo de recuperação judicial. Destacam-se também as principais alterações realizadas dessa lei onde foi revogado o Decreto-lei 7.661/45, que regulamentou por mais de sessenta anos os processos de falências e concordatas no país.

- A contabilidade encontra-se presente nos processos de recuperação judicial, entretanto, de forma retraída, contrariando alguns princípios da lei de recuperação das empresas, como os da viabilidade da empresa. As informações pesquisadas revelaram que a contabilidade possui um papel importante na recuperação judicial das empresas possibilitando aos interessados a verificação da viabilidade da recuperação do devedor.
- Como peça fundamental nos processos é destacado o contador, pois é o responsável por conceder os documentos necessários ao ingresso da petição inicial, provendo os relatórios contábeis, entre eles balanços patrimoniais, demonstrações do resultado. A viabilidade da recuperação é compreendida na forma das demonstrações contábeis apresentadas no plano de recuperação. Foi observado através da lei supracitada que o contador possui um grande campo de atuação da função de perito contador, podendo ser nomeado pelo magistrado ou indicado pelo administrador judicial para dar-lhes suporte nas questões contábeis fazendo assim o contador, de forma natural e instituído por lei uma peça integrante nesses processos, possibilitando o mesmo de atuar como recuperador judicial.

Diante de todo contexto abordado indaga-se: O contador é importante no processo de Recuperação Judicial?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral desta pesquisa consiste em identificar a atuação do contador e o uso da contabilidade nos processos de recuperação judicial, como também, se o contador é importante no processo de recuperação judicial.

Para que o objetivo geral seja alcançado têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a estrutura dos processos de recuperação judicial e a presença da contabilidade e do contador;
- Abordar sobre a recuperação judicial;
- Destacar os pedidos de recuperação judicial no período de 2017 a setembro de 2019;
- Verificar a percepção do procurador geral do estado quanto a utilização da contabilidade nos processos de recuperação judicial, e quanto a importância dos serviços prestados pelo contador nos processos de recuperação judicial.

1.3 JUSTIFICATIVA

A informação contábil é útil a empresa em diferentes etapas, a produção da informação é direcionada aos objetivos estabelecidos de acordo com as características fundamentais como a relevância, a materialidade, a representação fidedigna, e de acordo com as características de melhoria como a comparabilidade, a verificabilidade, a tempestividade, e, a compreensibilidade. Tais informações geradas levam a compreensão do estado real, do desempenho, evolução, e permite a visão dos riscos e oportunidades, revela de fato a sua realidade, essa visão ao mesmo tempo converge como visão global e particular, atende tanto ao usuário específico quanto ao geral, além de fornecer segurança nas decisões.

Assim destacado o quão importante é a atuação contábil, faz-se necessário ressaltar no âmbito do direito empresarial, especificamente acerca de um momento crítico tanto à empresa quanto à sociedade, como também em caso de grandes

empresas nacionais e multinacionais que influenciam diretamente na economia, e/ou no governo, o processo de recuperação judicial. Momento delicado a todos aqueles que apresentam envolvimento com a empresa pois a continuidade empresarial propicia a manutenção do ciclo estabelecido economicamente.

Esta pesquisa propõe-se a identificar a importância da contabilidade frente à falência e à recuperação de empresas, expor as principais inovações e alterações na legislação que regulamenta tal processo, bem como destacar as demonstrações contábeis pertinentes ao processo de recuperação falimentar.

Neste sentido, a pesquisa se justifica pelo fato de que o agrupamento dos estudos existentes quanto à atuação do contador como administrador judicial em processos de recuperação judicial poderá proporcionar, uma melhor compreensão e base de dados para o desenvolvimento de novos estudos e pela tamanha importância que se tem depositado sobre a figura do administrador judicial na recuperação de empresas, e principalmente no processo falimentar.

Este estudo merece destaque em virtude da contabilidade ser responsável por descrever qual a real situação financeira das empresas por meio de seus demonstrativos, pois toda a decisão empresarial tem reflexo em seu sucesso ou em seu fracasso.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRIA DA FALÊNCIA

Desde os primórdios da civilização, já havia a preocupação com o direito falimentar e os devedores que não honravam as dívidas para com os seus credores. Inicialmente de acordo com relatos da história ocorreu no período do Direito antigo, onde as obrigações do devedor eram respondidas com a sua liberdade e até mesmo com a sua vida. A obrigação recaía sobre o indivíduo e não sobre seus bens.

Thomé (2000) explica que existia nesta época (direito quirritário, fase mais primitiva do direito romano), no instituto da falência uma clara preocupação em punir o devedor que não saldasse suas dívidas para com os seus credores. Era uma execução pessoal, cujo procedimento consistia no credor deter a posse sobre a pessoa do devedor, sendo este aprisionado por um prazo de sessenta dias, servindo nesse período de escravo para o credor. Decorrido o prazo e não paga a dívida ou não surgido o videx (parente do devedor ou qualquer outra pessoa que saldasse a sua dívida para com seus credores), poderia o devedor ser morto ou vendido como escravo para outra localidade. Este sistema seguiu até 428 a.C. e foi substituído com a promulgação da Lex Poetelia Papiria, que introduziu no direito romano a execução patrimonial.

Já na idade média, o Direito Falimentar foi organizado e sistematizado pelos italianos, formando características, muitas destas presentes até hoje, ficando de lado a iniciativa dos próprios credores, dando lugar para a tutela estatal. Tal tutela assume um papel especial, condicionando a atuação dos credores à disciplina judiciária. Ainda existia, neste período, no procedimento de execução coletiva, sérias e graves conseqüências para o devedor. Assim, se o devedor estivesse agindo sem fraude, poderia ser imposta a ele, pena de infâmia cominada com outras penas vexatórias.

A partir do século XVIII ao final do século XIX, ocorreu na França, a edição do Código Napoleônico, constituindo grande importância para o desenvolvimento do instituto da falência, o mesmo restringia a falência ao devedor comerciante e continuava considerando o devedor faltoso como um criminoso. Com o fim do período napoleônico, surgiu disposição legal diminuindo a severidade no tratamento com o devedor faltoso.

Segundo Almeida (2012) o pretor que autorizada a imissão na posse designava um curador de bens que fiscalizava o patrimônio do devedor, o qual deles ficava desde logo, desapossado. Dentre as obrigações do curador incluíam-se as de: a) zelar pela conservação dos bens da massa; b) impedir que os ativos fossem dissipados; e, c) que o devedor insolvente contraísse novas dívidas.

Na etapa seguinte, o pretor indicava um credor do insolvente, que se encarregava de descrever os bens do devedor, seu ativo, e as obrigações por ele deixadas, seu passivo. Dentre os credores, aquele que dava maior lance arrematava os bens e sub-rogava o devedor nas ações judiciais em que era parte. Além disso, o devedor, após esse processo, poderia vir a constituir novo patrimônio, mas sempre sujeito a satisfazer os credores remanescentes caso o saldo de seu ativo não tivesse sido suficiente para saldar suas dívidas.

Todo esse procedimento demonstra a administração da massa falida, a classificação dos créditos e até a revogação dos atos fraudulentos do devedor em tempo mais remoto do que se possa imaginar.

Em 1945 durante o período da Segunda Guerra Mundial surgiu o Decreto-Lei 7.661, que hoje é a atual Lei de Falências.

Nos dias atuais, a preocupação eminente é com a recuperação da empresa, e que o instituto da falência é mecanismo residual dirigido exclusivamente aos empreendimentos inviáveis.

Conclui-se que desde os tempos mais antigos já existia o que se conhece como o instituto da falência, cada um com suas peculiaridades, porém sempre com o mesmo propósito: a satisfação dos credores.

O instituto da concordata perdurou durante 60 anos no ordenamento jurídico brasileiro, mesmo diante de tantas transformações no cenário econômico. Este por sua vez, permitia a continuidade da empresa endividada que lhe oferecia como prerrogativa a recuperação em condições privilegiadas, por no prazo máximo de dois anos.

Na antiga lei o empresário decidia unilateralmente sobre a forma de pagamento e sujeitava todos os seus credores quirografários (sem garantia real ou pessoal) sem mesmo obter sua concordância.

Em 9 de fevereiro de 2005, a Lei nº 11.101, revogou o Decreto-Lei nº 7.661/1945 o qual abordava sobre concordata; e a partir desta data as concordatas foram substituídas pela recuperação judicial.

2.2 COMPARATIVO ENTRE CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Segundo Júnior, Sérgio Moro, a concordata e a Recuperação Judicial foram criadas com o intuito de evitar a decretação da falência, porém entre elas há várias diferenças. Enquanto a concordata tinha o objetivo de auxiliar o devedor a cumprir suas obrigações reduzindo as dívidas ou aumentando o prazo para pagamento, a recuperação judicial tem o objetivo de reconhecer a importância social da entidade restabelecendo diversos meios para reestruturação do devedor, evitando assim a decretação da falência.

Quadro 1 – Quadro comparativo entre concordata e recuperação judicial

	Concordata Preventiva	Recuperação Judicial
Objetivo	Auxiliar o devedor a cumprir suas obrigações	Reconhecer a importância social da entidade
Meios	Aumento do prazo de pagamento	Apresentação do plano de recuperação judicial
Exigências legais	O devedor deveria apresentar as demonstrações financeiras do último exercício social e a relação dos credores	O devedor deverá apresentar as demonstrações financeiras dos últimos 3 (três) exercícios sociais, a relação dos credores e o plano de recuperação judicial
Natureza dos credores	Credores que não possuem direito real de garantia	Todos os credores
Prazo para o pagamento	Prazo máximo de 02 (dois) anos	Não há prazo.

Fonte: Júnior, Sérgio Moro. A contabilidade nos processos de recuperação judicial, adaptado pela autora

2.3 RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O cumprimento das obrigações por parte do devedor sempre foi uma preocupação da humanidade. Para tanto, desde o direito quirritário (no Direito Romano), procurou-se formas coercitivas para fazer o devedor cumprir suas obrigações.

A concordata e a recuperação judicial foram criadas com o intuito de evitarem a falência, entretanto existem algumas diferenças. A concordata é regulada pela Lei de falências e concordatas (Dec.-lei 7.661/1945), podia ser entendida como a ação na qual o empresário devedor propunha o aumento nos prazos de vencimentos, e/ou remissão de débitos, para solução de suas obrigações, com o fim de evitar a falência ou suspendê-la, caso se tratasse de concordata preventiva ou suspensiva.

Já a recuperação judicial tem o objetivo de viabilizar a superação da crise econômica financeira do devedor com a manutenção dos recursos produtivos e da função social da sociedade empresária devedora.

Desde a criação da Lei nº 11.101 de 2005, o objetivo da recuperação judicial é ajudar a empresa a se recuperar da crise econômico-financeira, permitindo que continue suas atividades, mantendo os empregos dos funcionários, atendendo interesses dos credores e, dessa forma, estimular a sua atividade econômica.

Segundo Almeida (2012) a Recuperação Judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação da crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Para garantir o direito de entrar com um pedido de recuperação judicial, o empresário precisa atender alguns critérios pré-estabelecidos como: exercer atividades regularmente há mais de dois anos, não ter sido decretada falência de alguma de suas empresas, não ter feito requerimento de recuperação judicial há menos de cinco anos, bem como não ter tido a concessão de recuperação judicial há menos de oito anos, além de não ter sido ou não ter sócios e administradores condenados por crime falimentar.

A Lei 11.101/2005 rege a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência da sociedade empresária, estabelecendo os tipos de sociedades, suas

obrigações e os diversos procedimentos a serem cumpridos no processo de recuperação.

Para um adequado e bem sucedido cumprimento dos procedimentos previstos pela lei, deve ser escolhido e nomeado um administrador judicial, conforme determina o seu Artigo 21: “Art. 21. O administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada”.

A Lei 11.101/2005 é aplicável a empresários e à sociedade empresária, exceto às empresas públicas e sociedade de economia mista, instituições financeiras privadas ou públicas, consórcios, cooperativas de crédito, sociedade operadora de plano de assistência de saúde, entidade de previdência complementar, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às mencionadas, em virtude de essas estarem submetidas a legislações específicas estabelecidas pelos órgãos legisladores.

A visão geral da Lei nº 11.101/05 traz que seu objetivo é viabilizar a superação de crise econômico-financeira do devedor com a manutenção dos recursos produtivos e da função social da sociedade empresária devedora, realizando uma apresentação do plano de recuperação aos credores com os prazos e condições para o pagamento da dívida onde o devedor deverá apresentar conforme o Artigo 51, as demonstrações financeiras dos 3 (três) últimos exercícios sociais, relações dos credores e o plano de recuperação.

O Artigo 51 trata dos procedimentos a serem observados para instrução do pedido de recuperação judicial. Portanto, a petição inicial de recuperação será pautada na apresentação das causas da situação patrimonial da empresa devedora e, conseqüentemente, das razões da crise econômico-financeira. Deverá também a petição conter os demonstrativos contábeis dos últimos três exercícios sociais e as demonstrações levantadas para instruir o pedido, observando a legislação societária aplicável, e compostas, obrigatoriamente, de balanço patrimonial, demonstração de resultados acumulados, demonstração do resultado do último exercício social e relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção.

2.4 FASES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O processo de recuperação judicial é dividido em três partes distintas. A lei nº 11.101/05, identifica essas fases processuais do pedido de recuperação judicial.

As três fases são: a fase da recuperação requerida conhecida também como fase postulatória; a fase da recuperação deferida ou deliberativa; e, a fase de recuperação concedida ou fase de execução.

A recuperação requerida é quando a empresa entra com o pedido de recuperação em juízo, acompanhado da documentação prevista em lei, e que será analisado pelo juiz. Nesse momento, verificará se o pedido poderá ser aceito.

A recuperação deferida é quando a documentação foi analisada pelo juiz e está correta e o pedido pode prosseguir para a próxima etapa, que será a apresentação do plano de recuperação, mas isso não significa que a recuperação será concedida.

A recuperação concedida se dá ao passar por todos os passos e cumpridas às exigências de lei, foi acatado o pedido, quando a empresa permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano.

2.5 A CONTABILIDADE NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A contabilidade é uma ferramenta importante para as empresas que se encontram em situação de crise econômica e financeira e pretendem ingressar com o pedido de recuperação judicial, com o intuito de promover a continuidade de entidade, mediante a realização de uma reorganização empresarial.

De acordo com Ferreira (2002) a contabilidade é aplicada no sistema empresarial, por necessidade da organização das empresas e também por imposições determinadas por diversas leis de nosso ordenamento jurídico. É imprescindível para a análise da situação financeira da empresa, pois é através dela que se obtêm informações relevantes ao empresário e aos demais interessados sobre a saúde da empresa. Se a situação financeira da empresa é deficiente, a contabilidade demonstra essa situação com registros de instabilidade em sua estrutura patrimonial nos últimos anos e, da mesma forma, se a empresa está saudável, os registros contábeis não apresentam variações sensíveis na sua estrutura patrimonial.

Para melhor compreensão da contabilidade no processo de recuperação judicial, primeiramente, se faz necessário o entendimento da contabilidade gerencial, das análises das demonstrações contábeis e da controladoria.

A contabilidade gerencial é um ramo da contabilidade, a qual, por sua vez, é uma ciência que tem como objeto de estudo o patrimônio das entidades, seu principal objetivo é ajudar as pessoas na tomada de decisão no trabalho.

A controladoria, é um sistema de gestão responsável por complementar a informação aos gestores da organização para a tomada de decisões, estando a sobrevivência da organização ligada ao desempenho da controladoria.

O contador, de forma natural e instruído por lei, é peça integrante nesses processos de recuperação judicial, em virtude de ser o profissional que irá organizar os documentos pertinentes ao ingresso da petição inicial, provendo os balanços, as demonstrações de resultados acumulados e do último exercício social da empresa. Quando a empresa decide abrir o processo de recuperação, automaticamente, ela será obrigada a se atualizar. Então, a partir disso, percebe-se a necessidade de se manter a contabilidade da empresa sempre em dia. Assim, o contador da empresa, na ação de recuperação, será de extrema importância para o sucesso, pois ele será capaz de analisar a real situação da empresa, o percentual de liquidez, as dívidas da organização e, sobretudo, a capacidade dela se reerguer no mercado.

O contador pode ainda executar o papel de administrador judicial. De acordo com o artigo 21 da Lei nº 11.101/05, o administrador judicial poderá ser pessoa física ou jurídica e deverá ser profissional idôneo, de preferência advogado, contador, economista, administrador de empresas ou pessoa jurídica especializada. O administrador judicial não representa os credores e nem o devedor, ele é um auxiliar qualificado pelo juiz.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos neste artigo, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados em sua elaboração, com o objetivo de descrever a forma de realização da pesquisa, demonstrando os métodos necessários para o alcance dos objetivos gerais e específicos propostos.

Este projeto está dividido em partes, onde tratam sobre a história da falência, a recuperação judicial, as fases da recuperação judicial e a importância da contabilidade na recuperação judicial.

Nesse sentido, ocorreu a busca para alcançar a importância da participação do profissional de contabilidade quer como administrador judicial quer como perito do juiz, pois é necessária para o bom andamento do processo falimentar, assim entendidos tanto o processo de recuperação judicial quanto o de falência.

A última etapa deste trabalho constitui-se em uma análise, por meio de levantamento de informações contábeis essenciais a elaboração do plano de recuperação judicial, realizada através de um levantamento de campo, por questionário, o qual foi respondido pelo Procurador Geral de Justiça do Estado de Alagoas, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto que atualmente acompanha processos de recuperação judicial no nosso estado.

O questionário foi elaborado tendo por base a Lei 11.101/2005, bem como obras e trabalhos semelhantes citados na referência, de modo em que foram identificadas as atribuições dos contadores nos processos de recuperação judicial, bem como aquelas em que os contadores poderiam ser úteis aos fins dos processos falimentares.

A metodologia adotada na presente pesquisa de acordo com Andrade (2002), quanto à natureza é um trabalho científico original, quanto aos objetivos é descritiva, quanto aos procedimentos é pesquisa de campo – explicativa e quanto aos objetos é uma pesquisa bibliográfica.

Segundo Santos (1999) quanto aos objetos, pode ser considerada descritiva-explicativa, quanto aos procedimentos bibliográfica-documental, e quanto as fontes de informação campo-bibliográfica.

De acordo com Vergana (1997), quanto aos fins essa pesquisa é considerada descritiva-explicativa e quanto aos meios uma pesquisa de campo e bibliográfica. Para a obtenção dos dados adotou-se a pesquisa bibliográfica, utilizando livros e artigos científicos.

Na pesquisa descritiva buscou descrever a origem e a história da falência e da recuperação judicial, as funções e as obrigações do profissional contábil previstas na lei 11.101/05.

A presente pesquisa deu início no ano de 2019, com a intenção de identificar a importância do profissional contábil nos processos de recuperação judicial através das respostas obtidas junto ao profissional que acompanha os processos de recuperação judicial e falência no estado de Alagoas, através de um questionário, sobre a função e a atuação do contador nos referidos processos.

Este projeto constitui também uma pesquisa documental, pois utiliza informações obtidas através de portais eletrônicos para poder quantificar os pedidos de recuperações judiciais ocorridos nos últimos anos.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Marconi & Lakatos (1996, p. 88) definem o questionário estruturado como uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”.

O questionário semi aberto resultou em quatorze perguntas dentre elas, perguntas abertas e fechadas, as perguntas foram respondidas pelo procurador geral de justiça do estado de Alagoas, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, formado em direito e pós-graduado em direito público, já atuou como promotor de justiça de Maravilha, de Palmeira Dos Indios, Satuba, Paulo Jacinto, assim como representante do ministério público estadual, e também como secretário de segurança pública, coordenador do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosa (GECOC) e atualmente como procurador geral de justiça de Alagoas.

O respondente concordou que a estrutura judicial dos processos de recuperação judicial é padrão, ressaltou o interesse da lei de proporcionar padronização como ação facilitadora, ao ser questionado sobre o fato da presença da contabilidade ser essencial também houve a confirmação que se justifica pelo fato da contabilidade fornecer e gerar as informações pertinentes.

Sobre o questionamento do contador se fazer presente, com participação ativa e essencial durante o processo de recuperação judicial, também houve resposta afirmativa que representa um apanhado geral como experiência pessoal devido a vivência dos processos onde o profissional contador se mostrou em grande parte ativo e essencial ao processo. Assim também em concordância com a utilidade e representação processual é de fato também, perceptível a importância do contador.

Em consonância ao exercício do profissional contábil, a aplicação da contabilidade interfere diretamente nos processos de recuperação judicial, houve concordância sobre a utilização da contabilidade nos processos de recuperação judicial está adequada as normas e as necessidades, assim também foi identificado que essa utilização é facilmente detectada, mas em contrapartida ao esperado sobre o questionamento acerca do profissional de contabilidade ser indispensável, a resposta do procurador foi que não, chegou-se a justificativa de que o conhecimento contábil é

propagado também em outras profissões e cargos, e que assim facilita o entendimento com a obtenção dos objetivos específicos da contabilidade aplicados também por outros profissionais.

Acerca da importância da atuação do profissional contador foi respondido que é de fato necessário para que aja recuperação falimentar duradoura. Na opinião do procurador o papel da contabilidade nos processos de recuperação judicial é que atualmente, vem ativamente atuando no caso do pedido de recuperação judicial da Braskem, onde suspendeu a divisão de lucros da mesma para garantir pagamento de indenização das famílias atingidas, onde a contabilidade nos auxilia com as informações por ela fornecidas possibilitando tomar melhores decisões que envolvam o patrimônio.

Se tratando do artigo 21 da Lei de Falências e de Recuperação de Empresas de 2005, que determina que o administrador judicial seja profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador declarou que o principal papel do administrador judicial é o de auxiliar o juiz, fornecendo todas as informações pedidas pelos credores, pois o profissional da contabilidade possui um maior conhecimento de administração, economia e finanças, atuando sempre através dos princípios e normas técnicas e estas informações são extremamente necessárias para tomadas de decisão durante todo o processo de recuperação judicial até a falência.

Tanto no processo de falência, quanto no de recuperação judicial e extrajudicial, os relatórios contábeis são imprescindíveis para verificar a saúde financeira e econômica da empresa, de acordo com essa afirmativa Gaspar declarou que a contabilidade auxilia no andamento do processo no momento que as decisões só podem ser tomadas através dos dados contábeis.

Para finalizar, concluiu que a contabilidade se torna essencial durante o andamento do processo por fornecer de forma clara e positiva os relatórios e a saúde da empresa, auxiliando na tomada de decisão para solução dos problemas em ambos os processos, e pode se considerar que um forte conhecimento contábil é essencial para o sucesso do trabalho do administrador judicial porque o profissional contábil é o

conhecedor das demonstrações contábeis que serão solicitadas durante todo o andamento do processo.

4.1 A RECUPERAÇÃO JUDICIAL NOS PERÍODOS DE 2015 A 2019

A cada ano é maior a utilização da Lei de Falências e Recuperação de Empresas em benefício de empresas insolventes, foi possível identificar que mesmo havendo diminuição dos pedidos de recuperação em determinados períodos, esse número aumenta em comparação ao número de decretações de falências. Segundo o SERASA EXPERIAN, empresa especializada em análise de risco de crédito e fraudes, se tratando de falências de empresas o número de decretações de falência diminuiu em 13% no ano de 2016, comparado ao ano de 2015, já em 2017 houve um aumento de quase 29% comparado ao ano de 2016, já no ano de 2018 houve um leve aumento e no ano de 2019 estima-se que o número de falências decretadas seja inferior ao ano anterior. Já o número de recuperações judiciais requeridas são maiores que os de falências decretadas em todos os anos analisados (2015 a 2019).

Quadro 2 - Falências decretadas e recuperações judiciais requeridas

ANO	FALÊNCIAS DECRETADAS	RECUPERAÇÕES JUDICIAIS REQUERIDAS
2015	829	1.287
2016	721	1.863
2017	928	1.420
2018	930	1.408
Jan a Set de 2019	730	1.030

Fonte: Serasa Experian de Falências e Recuperação Judicial, adaptado pela autora.

No comparativo do número de pedidos de recuperações judiciais, em 2015 foram requeridos 1.287, em 2016 houve um enorme aumento de aproximadamente 45%, em 2017 houve diminuição de 23,77% comparado ao ano de 2016, já em 2018 houve uma leve diminuição comparado ao ano de 2017, no ano de 2019 estima-se que ocorra também diminuição comparado aos últimos 3 anos.

Numa análise acerca dos pedidos requeridos e concedidos, foi identificado que nos anos anteriores o número de recuperações judiciais concedidas não alcançou sequer 50% dos pedidos requeridos, no entanto, mais de 80% dos pedidos foram deferidos, ao analisar os primeiros nove meses de 2019 é possível identificar que a proporção de pedidos deferidos permanece, no entanto, o número de recuperações judiciais concedidas ultrapassou os 50% do total de requeridas.

Quadro 3 - Pedidos de recuperação judicial

ANO	REQUERIDOS	DEFERIDOS	CONCEDIDOS
2015	1.287	1.044	291
2016	1.863	1.514	470
2017	1.420	1.195	614
2018	1.408	1.215	606
Jan a Set de 2019	1.030	891	533

Fonte: Serasa Experian de Falências e Recuperação Judicial, adaptado pela autora.

Os pedidos de recuperação judicial concedidos entre os anos de 2017 e 2018, sugerem que em 2019 seja em menor quantidade mas ainda assim, correlacionados aos pedidos requeridos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falência e a recuperação judicial dentro de uma empresa podem ocorrer por diversos motivos e a recuperação judicial é um meio legal de auxiliar a empresa a superar os momentos de crise, onde durante este período a empresa adquire o benefício de não realizar o pagamento de seus credores e demais encargos, para que seja utilizado seu capital de giro para que a mesma consiga se reestruturar no mercado.

A importância da contabilidade se faz presente em todas as fases da recuperação judicial, na fase postulatória onde o benefício da recuperação judicial é requerido, na fase deliberativa onde se aprova o plano de reorganização e na fase de execução onde ocorre a fiscalização do cumprimento do plano que foi aprovado.

Nota-se assim a relevante importância do contador, pois a lei 11.101 através de seu artigo 51 estabelece que para solicitar o pedido de recuperação judicial a empresa deve fornecer o balanço patrimonial, a demonstração de resultados acumulados, a demonstração do resultado do último exercício social e o relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção, onde tais documentos são fornecidos pela contabilidade.

Já no processo de reorganização da empresa o contador irá auxiliar para que a empresa consiga obter subsídios para tomadas de decisões e informar a situação econômica e financeira que a empresa se encontra, onde a importância da contabilidade torna-se imprescindível para a análise financeira e patrimonial.

O contador dentro do processo de recuperação judicial pode atuar como perito, podendo ainda desempenhar o papel de administrador judicial, no qual se for escolhido atua como auxiliar do juiz, analisando a administração da instituição.

Desse modo o contador através das demonstrações contábeis, contabiliza de maneira real a situação da empresa, suas dívidas e a capacidade da mesma se reerguer no mercado, pois o profissional da contabilidade por possuir conhecimentos técnicos sobre a análise financeira da empresa pode fornecer resultados mais eficazes.

Diante dos estudos apresentados mostrou-se a importância do contador e da contabilidade em todas as fases dos processos de recuperação judicial, é mister que o profissional seja reconhecido pelos demais participantes do processo de recuperação como parte relevante para o andamento do processo, não utilizando o profissional

contábil apenas para verificação das informações apresentadas pelos devedores, enquanto corretas ou não, e sim que além disso venha a atuar de forma mais participativa em todas as etapas do plano de recuperação.

Através da entrevista observou-se ser perceptível a importância do contador e da contabilidade durante o processo de recuperação judicial, interferindo diretamente e sendo utilizada durante todo o andamento do processo, prestando serviços que são indispensáveis e facilitando pra que o processo ocorra de forma duradoura.

O entrevistado ressaltou ainda a importância de o contador atuar como administrador judicial, pela necessidade de possuir um maior conhecimento técnico na área de administração, economia, finanças e tributos, pois estes dados são relevantes para tomada de decisão para solução dos problemas durante o andamento do processo de recuperação judicial.

5.1 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

No desenvolvimento da presente pesquisa foram verificados alguns pontos que serviriam como suporte para futuros estudos.

- Ampliar os números de recuperações e homologas pelo juiz
- Verificar as causas que levaram aos pedidos negados
- Analisar a rotina do administrador judicial frente as empresas em recuperação judicial.

Sugere-se também que sejam realizadas entrevistas com demais profissionais que atuem na recuperação judicial, sendo eles: juizes, contadores, administradores judiciais, advogados e credores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. Curso de falência e recuperação de empresa. 26 ed. São Paulo: Ed. Saravia, 2012

BRASIL. Lei nº. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Lei de Falências e Recuperação de Empresas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm> Acesso em: 10 de março de 2018.

Código de ética profissional do contabilista. Resolução 803/96, de 20 de outubro de 1996, 4. ed. Brasília; CFC, 2001

DE OLIVEIRA. A CONTABILIDADE E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/299/270>. Acesso em 03 de outubro de 2019.

FERREIRA FILHO, Joaquim Gonçalves. A Contabilidade nos processos de Falência e Concordata. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/servicos/9068-demografia-das-empresas.html?=&t=publicacoes>. Acesso em 10 de março de 2018.

JÚNIOR, Sérgio Moro. A Contabilidade nos processos de Recuperação Judicial. Mestrado em Ciências Contábeis – Análise da Comarca de São Paulo. Disponível em: <http://pergamum.fecap.br/biblioteca/imagens/000005/00000544.pdf>. Acesso em: 06 mar 2018.

JUSBRASIL, Recuperação Judicial. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/297012/recuperacao-judicial/atualizacoes>. Acesso em 03 de outubro de 2019.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SERASA EXPERIAN, Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. Disponível em: <http://noticias.serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/falencias-e-recuperacoes/>. Acesso em 10 de março de 2018.

SERASA EXPERIAN, Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/recuperacoes-judiciais-caem-08-em-2018-ainda-influenciadas-pela-lenta-recuperacao-da-economia-revela-serasa>. Acesso em 10 de abril de 2019.

THOMÉ, Georgina Maria; MARCO, Carla Fernanda de et al. Falência e sua evolução: da quebra à reorganização da empresa. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 5, n. 41, 1 maio 2000. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/760>>. Acesso em: 01 maio 2018.

APÊNDICE A – Questionário

A Importância do contador nos processos de recuperação judicial

01. A estrutura judicial dos processos de recuperação judicial é padrão?

Sim Não

02. A presença da contabilidade é essencial?

Sim Não

03. O contador se faz presente, com participação ativa e essencial durante o processo de recuperação judicial?

Sim Não

04. É perceptível a importância do contador?

Sim Não

05. A contabilidade interfere diretamente nos processos de recuperação judicial?

Sim Não

06. A utilização da contabilidade nos processos de recuperação judicial está adequada as normas e as necessidades?

Sim Não

07. Essa utilização é facilmente identificada?

Sim Não

08. Os serviços prestados pelo profissional de contabilidade são indispensáveis?

Sim Não

09. Nos casos em que há ausência ou omissão do contador, há recuperação falimentar duradoura?

() Sim () Não

10. Qual a sua formação acadêmica?

11. Quais são as experiências profissionais anteriores?

12. Na sua opinião, qual o papel da contabilidade nos processos de recuperação judicial?

13. No artigo 21 da Lei de Falências e de Recuperação de Empresas de 2005, determina que o administrador judicial seja profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador. Quais as principais atribuições do administrador judicial? Na sua opinião existe alguma vantagem do mesmo ser contador?

14. Tanto no processo de falência, quanto no de recuperação judicial e extrajudicial, os relatórios contábeis são imprescindíveis para verificar a saúde financeira e econômica da empresa. No que a contabilidade auxilia em ambos os processos? Pode se considerar que um forte conhecimento contábil é essencial para o sucesso do trabalho do administrador judicial?